

Resumo: *No diálogo da Igreja Católica com a sociedade brasileira, merecem destaque especial as Semanas Sociais Brasileiras, promovidas pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), pelo fato de serem um espaço de debate abrindo-se para a pluralidade cultural e étnica do Brasil. Em suas cinco edições, as Semanas Sociais discutiram a sociedade brasileira, procurando entender e encontrar soluções para questões sociais, especialmente naqueles setores excluídos e marginalizados da visão desses setores pela sociedade. O artigo descreve as atividades da Igreja Católica na sociedade brasileira, desde o século passado até os dias de hoje, na perspectiva da inclusão social.*

Palavras-chave: *Semanas Sociais, plena cidadania, construção da democracia, participativa e radical vida de comunidade, universalização dos direitos, sustentabilidade socioeconômica e socioambiental, justiça, Estado, bem-estar, conveniência.*

Abstract: *In the dialogue of the Catholic Church with the Brazilian population, special attention is to be shown forth to the Brazilian Social Weeks, promoted by CNBB (National Conference of Bishops of Brazil), because they provide a space for debate and discussion about a new opening to cultural and ethnic plurality in Brazil. In its five sessions, the Social Weeks debated Brazilian society, seeking to understand and find solutions of social issues, especially in those areas dealing with social exclusion and marginalized groups of people living there. This paper describes the activities of the Catholic Church in Brazilian society, since the last century to the present day, in the perspective of social inclusion.*

Keywords: *Social Weeks, full citizenship, democracy-buildup, participatory and radical community life, universalization of rights, socio-economic and socio-environmental sustentation, justice, State, good living, convenience.*

Igreja e Sociedade a partir das Semanas Sociais

Os princípios éticos que fundamentam a participação dos grupos excluídos no processo de democratização do Estado brasileiro

*Nelito Nonato Dornelas**

* Nelito Nonato Dornelas é padre secular da Diocese de Governador Valadares – MG. Tem formação nas áreas da filosofia, teologia, psicanálise clínica e atualmente estuda ecumenismo no Instituto Bossey na Universidade de Genebra na Suíça. Foi assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade Justiça e Paz da CNBB e foi o articulador da quinta Semana Social Brasileira.



Introdução

As Semanas Sociais Brasileiras são um serviço evangelizador da Igreja no Brasil, com espírito macroecumênico e aberto à pluralidade cultural e étnica da nação brasileira. É um espaço de diálogo da Igreja com a sociedade, que reúne movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, igrejas e pastorais que atuam junto aos setores excluídos e marginalizados da vida social, na construção de uma sociedade mais democrática e incluyente. Elas são promovidas pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), desde 1991. Desde então, realizaram-se cinco Semanas Sociais com a duração de três anos cada.

Apresentarei o histórico das Semanas Sociais, os frutos por elas produzidos e os desafios éticos na construção de uma sociedade democrática. Como coordenador da quinta Semana Social, de 2011 a 2013, participei de 250 eventos em todo o território nacional, envolvendo diversos seguimentos da sociedade.

Considerando a desafiante situação vivida pelos setores marginalizados e excluídos da cidadania plena, as Semanas Sociais têm sido o espaço de discussão das questões específicas desses setores, possibilitando-lhes a oportunidade de articulação, mediante tomada de posição em conjunto, envolvendo várias organizações parceiras. Elas se tornaram um sujeito social coletivo, considerando o específico de cada grupo ou setor excluído.

As Semanas Sociais transformaram-se um espaço de construção da democracia participativa e direta, considerando que os setores excluídos e marginalizados são detentores de direitos soberanos que lhes garantem a participação cidadã e autoridade política. Elas têm sido um lugar de monitoramento da sociedade brasileira, com destaque à reserva ética dos setores marginalizados e excluídos, conscientizando-se de que a democracia plena consiste na garantia da igualdade básica de todos os seres humanos e na sua participação na comunidade de vida, que inclui os outros seres e o ambiente.

Esta universalização de direitos deve ser garantida por instituições sólidas e independentes do poder econômico, que possibilitem a realização da democracia radical, da justiça socioeconômica e da sustentabilidade socioambiental. Isso implica numa profunda transformação, a partir de dentro da sociedade brasileira, que incide nas políticas do Estado.



Em visita ao Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, em julho de 2013, o papa Francisco¹, em seu discurso aos formadores de opinião, apontou os seguintes desafios a serem assumidos por todos: a) A vida nos cobra a responsabilidade social que assumimos pela política. Por conseguinte, precisamos reabilitar a política, que é uma das formas mais altas da caridade. b) A política deve evitar o elitismo da democracia representativa, muitas vezes fechada no mero equilíbrio de representação de interesses; deve incentivar cada vez mais e melhor a participação das pessoas, com a finalidade de assegurar a todos dignidade, fraternidade e solidariedade. c) A participação e o diálogo entre as diversas riquezas culturais fazem crescer o país. A única maneira para fazer avançar a vida dos povos é o diálogo e a cultura do encontro. Nesse diálogo, todos têm algo de bom para dar, e todos podem receber em troca algo de bom. Esse diálogo exige humildade social, que abre mão de exigências hegemônicas culturais e sociais. d) As grandes tradições religiosas podem desempenhar um papel fundamental para a convivência harmoniosa de uma nação, já que a laicidade do Estado garante sua convivência pacífica.

Estes princípios éticos apontados pelo Papa Francisco vêm de encontro com a proposta das Semanas Sociais, que têm sido uma contribuição valiosa no processo de fortalecimento da democracia brasileira.

1 Os primórdios na atuação política da Igreja Católica

A formação da sociedade brasileira teve sua fundamentação ideológica na cosmovisão da Igreja Católica. Nos quatro primeiros séculos, o catolicismo, como religião oficial, serviu não só para permear a sociedade brasileira de valores morais e religiosos, mas também para reunir os mais diferenciados grupos sociais em torno do projeto lusitano europeu, que resultou numa sociedade marcadamente patriarcal, latifundiária e escravocrata. A implantação desse projeto não se deu de forma pacífica. Inúmeros foram os movimentos de resistência e contestação, dos quais participaram membros do clero e leigos católicos, pagando, muitas vezes o preço por tal opção ou com o exílio, o cárcere e até mesmo com a própria vida.

¹ Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/Francesco/speeches/2013/july/documents/pap_Francesco_20130727>.



Chegou-se ao alvorecer do século vinte, com uma Igreja ainda carregando muitas marcas desse regime de cristandade aqui implantado. Parte considerável da hierarquia católica concebia a política como uma atividade secundária, influenciada pela visão de uma Igreja concebida como sociedade perfeita que, ao lado do Estado, deveria contribuir para a manutenção da ordem social estabelecida. Quem veio provocar uma mudança na mentalidade católica sobre a participação política foi o Cardeal Sebastião Leme, como já bem se expressa em sua carta pastoral de tomada de posse na Arquidiocese de Olinda em 1916:

Somos católicos de clausura! A nossa fé se restringe ao encerro do oratório ou à nave das Igrejas. Quando, fora das portas dos lugares santos, tremulam nossos pendões, é certo que neles não fremem entusiasmos de reivindicação jurada; braçadas de flores é que eles levam em suas dobras perfumadas; não são bandeiras de ação; são vexilos de procissão.

A partir do momento em que a hierarquia católica incentivou a participação dos leigos na esfera política e com a entrada em cena do movimento da Ação Católica, surge, na década de 1920, a categoria do católico militante que, de forma mais expressiva, ensaia a ruptura com esse modelo de cristandade. Reunido no Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, surge um grupo de leigos católicos com tendências políticas diversas, mas com profunda visão da realidade nacional, capaz de elaborar metas e propostas políticas para a sociedade brasileira.

Desafiados a uma inserção social da fé católica, a partir da década de 1920 vai florescer do seio da Igreja, em quase todo o território nacional, uma imensa variedade de atividades sociais, promovida por leigos e congregações religiosas, denominada de Ação Social, entendida como uma forma nova de superação da assistência tradicional até então praticada pela Igreja.

A senhora Stella de Faro, em palestra durante a primeira Semana de Ação Social realizada no Rio de Janeiro em 1936, convocada por Dom Leme, apresenta a distinção entre Ação Social e assistência tradicional. Para ela, a Ação Social é inspirada pela necessidade das pessoas, é preventiva, distinguindo-se da prática caritativa, sobretudo curativa. O assistencialismo levava o remédio ao indivíduo atingido pelo mal, ao passo que a ação social procura saber sua causa para combater o mal em sua fonte.



A partir dos anos 50, ocorreram na sociedade brasileira, como um todo, as mais significativas mudanças, alterando profundamente os padrões de vida estabelecidos. Com as mudanças, apareceram também os novos problemas sociais agravando ainda mais aqueles não erradicados.

Vão marcar esse período de mudanças na configuração da sociedade brasileira: o surgimento das metrópoles com seus arranha-céus, o crescimento da industrialização, o êxodo rural, a acentuação da migração das populações nordestinas, o surgimento das favelas, a modificação e ampliação dos meios de transporte, o aparecimento dos novos meios de comunicação de massa, o prolongamento da vida noturna urbana, a mudança de visão sobre a sexualidade, a emancipação da mulher, a afirmação do pluralismo religioso e o aparecimento de novas formas de cristianismo (sobretudo o pentecostal evangélico), o florescimento das organizações sindicais, o anseio de participação política, acompanhado pelo surgimento da consciência de que o país necessitaria de profundas reformas de base, a começar pela educação, passando pela estrutura fundiária, por meio da reforma agrária, chegando à distribuição equitativa de renda. Todos esses fatores coincidiram com o entusiasmo provocado pela política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1955-60), trazendo à consciência nacional uma maior sensibilidade pela integração social da população brasileira.

2 Mudanças na sociedade, mudanças na Igreja

No período de atuação direta da Igreja na política, inaugurado por Dom Sebastião Leme, que teve sua liderança até a década de 1940, pode-se afirmar que o projeto político da Igreja esteve pautado por dois princípios básicos: fortalecer a instituição católica por meio da qualificação e organização de seus quadros, mantendo o controle clerical e a direção hierárquica; incorporar à sociedade brasileira os valores éticos e religiosos que tradicionalmente haviam pautado a sociedade no regime de cristandade.

O que nos parece é que, nesse período, a Igreja voltava-se diretamente sobre si mesma, procurando, a partir daí, recuperar sua influência na sociedade, mediante um processo de cristianização do Estado. Mas essa posição começou a mudar com a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, em 1952, quando se dá a entrada em cena de Dom Helder Câmara que, como seu primeiro secretário-executivo e, por dez anos de mandato, vai dar um deslocamento significativo com



relação ao enfoque sociopolítico da Igreja no Brasil. Merece destaque também a fundação da CRB, Conferência dos Religiosos do Brasil, em 1954, significando uma ação articulada das Congregações Religiosas e sua atuação articulada com a CNBB.

Em primeiro lugar, a Igreja passa a debruçar-se cada vez mais sobre a realidade brasileira, procurando analisar os problemas sociopolíticos, destacando suas causas e consequências. Em segundo lugar, realiza-se um esforço significativo para adaptar melhor a própria instituição aos novos tempos, a fim de continuar a exercer a influência sobre a mesma sociedade.

Ao mesmo tempo, a Igreja dispõe-se a colaborar de forma mais específica em projetos de interesse social, destinados a proporcionar melhor bem-estar à população, sobretudo aos segmentos mais carentes e necessitados: como exemplo maior, o empenho de Dom Helder na criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

A instituição católica mostra-se mais sensível às transformações socioculturais e políticas que estão ocorrendo no país, procurando assumir uma atitude de serviço em favor do próprio povo. A hierarquia eclesiástica passa a reconhecer a necessidade de um aprofundamento sociológico para melhor entender a realidade brasileira, percebendo também a importância de identificar as causas econômicas geradoras dos problemas sociais. Nesta perspectiva, surge no episcopado uma visão mais abrangente da realidade e nasce a consciência da construção conjunta de um plano nacional de pastoral, cuja elaboração se dará em 1966. Destes planos de “pastoral de conjunto” nasceram as Diretrizes gerais de ação evangelizadora da Igreja no Brasil, cuja revisão e elaboração se dão a cada quatro anos.

3 A Igreja no cenário político da década de 1960

Desde o alvorecer dos anos 60, a Igreja Católica passou a acompanhar mais de perto e com certa preocupação os problemas sociais brasileiros. Quem mais esteve atento a essas questões foram os jovens participantes da JUC, Juventude Universitária Católica, e os participantes da JOC, Juventude Universitária Católica. Havia nessa juventude católica militante um profundo anseio de gerar um modelo de sociedade que superasse a pura democracia formal na qual se fundava a sociedade



brasileira, cujo poder permanecia concentrado em uma pequena elite burguesa.

Essa ânsia de participação acentuou-se ainda mais quando os militares, a partir de 1964, ao lado de membros exaltados da burguesia, passaram a atuar com violência contra os movimentos sociais, cerceando os direitos dos trabalhadores, prendendo, torturando, exilando e matando muitos de seus líderes mais expressivos, com o pretexto de combater o comunismo.

Houve tensões entre membros da hierarquia católica e os jovens militantes da Ação Católica quanto ao método de análise da realidade, a forma de atuação política e até mesmo sobre a visão de sociedade por eles proposta. Apesar das cisões e rupturas surgidas dessas tensões, o saldo foi o surgimento de quadros militantes na esfera política, de inspiração cristã, composto por pessoas abertas ao diálogo com outros segmentos e opções ideológicas distintas, que souberam contribuir na proposição da construção de uma sociedade democrática, socialista, incluyente, aberta e participativa.

O golpe civil-militar de 1964 provocou uma cisão ideológica na esfera da Igreja, obtendo significativo apoio tanto da parte do clero quanto do laicato. Houve também resistência de alguns grupos religiosos, como a Ação Católica e outros movimentos de inspiração cristã, associados aos diferentes tipos de organização da sociedade, provenientes de outras matrizes ideológicas.

4 A Igreja no Brasil, a defesa da democracia e dos direitos humanos

O período da ditadura militar (1964-1985) coincidiu com o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e a grande obra de *aggiornamento* da Igreja Católica. Como um reflexo direto do Concílio, afirmou-se dentro da Igreja uma crescente preocupação com os pobres e as causas sociais. A Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil (CNBB) assumiu um papel central na luta pelos direitos humanos e constituiu como um foco permanente de resistência democrática.

Durante os anos de repressão, foram de fundamental importância alguns documentos promulgados pela Igreja Católica. “A igreja na Ama-



zônia em conflito com o latifúndio”² de 1971; “Eu ouvi os gritos de meu povo” de 1973; “Y Juca Pirama – o índio, aquele que deve morrer?” de 1973; Comunicação Pastoral “para o povo de Deus”, de 1976; “Exigência de uma ordem política cristã”, de 1977 e “Brasil nunca mais”, em 1981. Dois outros documentos publicados pela CNBB no período de redemocratização foram igualmente muito bem recebidos pela sociedade brasileira. “Ética, pessoa e sociedade”, de 1993 e “Por uma reforma do Estado com participação democrática” de 2010.

O forte posicionamento da Igreja católica em favor dos direitos humanos e do Estado de direito democrático, expressos nos documentos e ações pessoais e coletivas de membros da hierarquia foi acompanhado por uma intensa promoção pastoral em prol da cidadania.

Para auxiliar na análise da realidade brasileira em vista de uma intervenção consciente e transformadora da mesma foram criadas várias organizações como: Caritas Brasileira, o MEB (Movimento de Educação de Base), IBRADES (Instituto Brasileiro de Análise Social e Desenvolvimento), CEAS (Centro de Estudos e Análise Social), CEBI (Centro Ecumênico Bíblico), CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), CF (Campanha da Fraternidade), CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz), AP (Ação Popular), TdL (Teologia da Libertação), CERIS (Centro de investigações religiosas e estatísticas sociais), INP (Instituto Nacional de pastoral) e Centro Nacional de fé e política Dom Helder Câmara.

A Igreja Católica passou a organizar as paróquias a partir das Comunidades Eclesiais de Base, das quais surgiram inúmeras Pastorais Sociais especializadas, com o objetivo de cumprir sua missão pastoral junto aos pobres, tendo em vista a sua promoção, inclusão social e libertação.

Podemos destacar as seguintes **Pastorais Sociais** especializadas: pastoral dos pescadores, pastoral do mundo do trabalho, pastoral do menor, pastoral dos migrantes, pastoral da mulher marginalizada, pastoral da população em situação de rua, pastoral da saúde, pastoral carcerária, pastoral da criança, pastoral da pessoa idosa, pastoral da juventude, pastoral das pessoas com HIV/AIDS, pastoral da sobriedade, pastoral dos surdos/mudos, pastoral dos nômades, pastoral dos ciganos, pastoral dos circenses, pastoral dos refugiados, pastoral do turismo, pastoral dos

² Carta pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, publicada em 1971, na qual aparece a primeira denúncia sobre o trabalho escravo.



trabalhadores no mar, pastoral dos afrodescendentes, pastoral dos direitos humanos, pastoral da ecologia etc.

No processo de democratização do Estado, a CNBB participa, em parceria com organizações da sociedade civil, de várias campanhas, com destaque para a anistia aos presos políticos e a ética na política. A campanha pela ética na política resultou na aprovação pelo Congresso Nacional da lei da “ficha limpa” que caçou o mandato de 623 políticos envolvidos em corrupção.

5 Atividades sociopolíticas promovidas e/ou apoiadas pela CNBB

A Campanha da Fraternidade no período quaresmal, com abordagem específica sobre os mais graves e relevantes problemas sociais do momento presente, com a realização de uma coleta financeira em nível nacional, constituindo um fundo nacional de solidariedade; semana do migrante; semana do estudante; dia nacional da juventude; semana dos povos indígenas; vinte edições do grito dos excluídos na semana da pátria; cinco edições das semanas sociais brasileiras a cada quatro anos; análise da conjuntura sócio-política e eclesial a cada mês; assessoria política junto ao Congresso Nacional; celebração de uma missa mensal com parlamentares na sede da CNBB; comissão episcopal para o serviço da justiça, caridade e paz; fórum nacional sobre mudança climática e justiça social etc.

Merecem destaque as notas públicas da CNBB sobre questões sociais relevantes, os textos de estudos e documentos sobre questões de interesses da sociedade, a formação permanente, debates, seminários e simpósios temáticos, sempre a partir da perspectiva do diálogo da Igreja com a sociedade. São publicados a cada ano os cadernos dos conflitos no campo pela CPT e o da violência contra os povos indígenas pelo CIMI; foram realizados treze encontros Intereclesiais das CEBs; a Caritas promove a cada ano a Semana Nacional da solidariedade em novembro; curso de fé e política para os militantes; seis encontros nacionais de fé e política; fórum das Pastorais Sociais dos Regionais da CNBB; edição de dois mutirões da comunicação em nível de América Latina; realização das romarias da terra e da água.



Em 11 de março de 2010, a CNBB lançou o documento número 91, cujo título é: “Por uma reforma do Estado com participação democrática”. Este é o projeto de sociedade que a CNBB convida a construir:

É urgente, porém, neste momento da história do nosso país, promover uma forte mobilização por reformas políticas por uma profunda reforma do Estado brasileiro. Uma reforma que vá além das meras mudanças de regras de funcionamento da nossa democracia, tal como atualmente está estruturado o nosso país. Dentro dessa perspectiva, a CNBB exorta os irmãos e irmãs brasileiras para realizarem uma análise aprofundada e crítica das instituições políticas atuais e identificarem o que nelas pode ser modificado ou criado de novo, a fim de que o Estado não esteja a serviço da superprodução e interesses consumistas dentro e fora do Brasil, mas efetivamente a serviço do bem comum e da dignidade das grandes maiorias nacionais. (CNBB, 2010, p. 110)

6 A promoção das Semanas Sociais Brasileiras

A Semana Social é um serviço evangelizador da Igreja no Brasil, com espírito ecumênico e macro ecumênico, com respeito à pluralidade cultural e étnica presente na nação brasileira. É um espaço de diálogo da Igreja com a sociedade através dos movimentos sociais, entidades, igrejas, religiões e pastorais que atuam junto aos setores excluídos e marginalizados da sociedade. Estes grupos colaboram na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, na qual o Estado esteja a serviço do fortalecimento das instituições civis na promoção do bem comum.

6.1 Entendendo a história das Semanas Sociais

A primeira Semana Social Brasileira foi em 1991. Era a comemoração do centenário da encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, que aborda diretamente as questões sociais. A CNBB promoveu um grande debate público com a sociedade brasileira sobre a situação do trabalho da classe operária e as implicações das novas tecnologias na vida do trabalhador.

A segunda Semana Social Brasileira foi de 1993 a 1994, debatendo sobre “o Brasil que queremos”, aprofundando o tema: Brasil, alternativas e protagonistas.



A terceira Semana Social Brasileira foi de 1997 a 1999. Em preparação ao Jubileu dos dois mil anos do nascimento de Jesus Cristo, debateu sobre a dívida interna e externa do país.

A quarta Semana Social Brasileira foi de 2003 a 2005, e debateu sobre as forças sociais para a “construção conjunta do Brasil que queremos”. Mutirão por um novo Brasil.

A quinta Semana Social Brasileira foi de 2011 a 2013. Esta promoveu o debate sobre “o Estado que temos e o Estado que queremos”. “Estado para quê e para quem?”

6.2 As Semanas Sociais e seus frutos

Das Semanas Sociais participam numerosos movimentos da sociedade civil, lideranças de Igrejas cristãs e de outras religiões, pastorais e movimentos sociais, militantes de partidos políticos populares, movimento sindical, povos indígenas e originários e vários grupos culturais.

A primeira Semana Social Brasileira estabeleceu um processo de monitoramento de violações dos direitos civis e sociais. Foram criados inúmeros grupos de economia solidária apoiados pelos Sindicatos, e incentivados pelas Cáritas e Pastorais Sociais. Este processo resultou na constituição do Fórum Nacional de Economia Solidária, que contribuiu para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal. Hoje são mais de 20.000 grupos de economia popular solidária e sustentável, existentes em todo o território nacional, que recebem ajuda financeira e apoio técnico da referida Secretaria.

A segunda Semana Social Brasileira possibilitou a Articulação do Semiárido (ASA), envolvendo mais de 400 entidades que atuam no Semiárido brasileiro. Desde então a ASA promove a campanha de convivência com o semiárido e não de combate à seca, mediante a proposição de políticas públicas que resultou na campanha pela construção de um milhão de cisternas para a coleta de água da chuva. Já foram construídas mais de 400.000 cisternas em um processo pedagógico de educação popular.

Da segunda Semana Social nasceu a celebração do “Grito dos excluídos” com o objetivo de mobilizar a sociedade durante a Semana da Pátria, em setembro, para discutir questões sociais em âmbito local



e nacional com o lema: “A vida em primeiro lugar”. Em 2014, o 20º Grito dos Excluídos aconteceu em mais de 1.000 localidades em todo o território nacional. Hoje, o grito dos excluídos é realizado em nível Latino Americano.

Da terceira Semana Social Brasileira nasceu a entidade Jubileu Sul, cujo objetivo é o monitoramento da dívida externa. Foi promovido um plebiscito popular contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), atingindo dez milhões de assinaturas contrárias a este acordo. Nasceu a Assembleia Popular, cujo objetivo é criar mecanismos de discussões sobre questões sociais em cada localidade e articular as entidades de defesa dos direitos civis e sociais.

A quarta Semana Social Brasileira criou o Fórum para a Justiça Social e Mudanças Climáticas. Seu objetivo é promover o debate permanente com a sociedade sobre as questões ambientais e demandar políticas públicas para a sustentabilidade ambiental e prevenção de desastres. Promoveu dois referendos populares: um sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, e outro sobre o limite da propriedade rural.

6.3 A quinta Semana Social Brasileira

A quinta Semana Social Brasileira promoveu em todo o território nacional em torno de 250 eventos, distribuídos da seguinte forma: seminários em níveis nacional, regionais e locais; discussões com universidades e escolas públicas e privadas, com setores das Assembleias Legislativa de vários Estados e a Câmara dos Deputados, com setores dos Executivos e do Judiciário; patrocinando pesquisas, entrevistas, vídeos e teleconferências; atividades educativas, recreativas e comemorativas; publicação de livros, revistas, jornais e folders; manutenção de um website em parceria com diversos canais de comunicação, fornecendo vídeos, palestras, artigos e notícias.

Os participantes da quinta Semana Social Brasileira assumiram perante a sociedade brasileira os seguintes compromissos: apoiar a campanha de coleta de assinaturas, promovida pela Coalisão Democrática por uma reforma política e eleições limpas, envolvendo 96 entidades; apoiar a convocação do referendo popular para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva nos dias 01 a 07 de setembro de 2014, cujo resultado foi a apuração de 7.754.436 (sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e trinta e seis votos), dos quais,



97,05% votaram a favor da convocação da referida Constituinte; apoiar a campanha para a demarcação dos territórios dos povos indígenas, dos territórios dos povos quilombolas e dos pescadores artesanais; solicitar ao Papa Francisco a convocação de evento internacional sobre a vida do planeta e no planeta.

7 A quinta Semana Social Brasileira e os princípios de uma ética social includente, com perspectivas macro religiosas, fundada no Sumak Kawsay, o Bem Viver

A quinta Semana Social assumiu como proposta a ser apresentada e debatida pela sociedade brasileira o *Sumak Kawsay*, o Bem Viver dos povos indígenas da região Andina, os Quétchua e os Aymará. Este conceito retoma duas palavras com significados semelhantes em Quétchua e Aymará: *sumak* (muito bom) e *kawsay* ou *camaña* (conviver), com a ideia central de uma vida em harmonia: harmonia consigo mesmo, com as outras pessoas do mesmo grupo, com os diferentes grupos, com a Pachamama, a Mãe Terra e seus filhos e filhas, as outras espécies e com as realidades espirituais.

Antes do fracasso das políticas econômicas neoliberais, este projeto de vida coletivo ganhou novo conteúdo, nova forma e tal força que foi incorporado às constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009), despertando a atenção de grupos e movimentos sociais em vários países.

O *Bem viver* implica em se construir uma sociedade fundamentada nos *sete caminhos para a paz*. O primeiro é a paz para *trás*: com o nosso passado pessoal e coletivo; o segundo é a paz para *frente*: com as gerações futuras; o terceiro é a paz para o *alto*: com a divindade; o quarto é a paz para *baixo*: com o ambiente onde se vive; o quinto é a paz para a *direita*: com os vizinhos; o sexto, para a *esquerda*: com a família e o sétimo: para *dentro*: consigo mesmo.

Os princípios do *Bem viver* dialogam com a proposta das *Bem-aventuranças* proclamadas por Jesus. Das oito Bem aventuranças, destaquemos três: *Bem – aventurados os puros de coração porque verão a Deus* (Mt 5,8: princípio religioso), *Bem – aventurados os mansos porque possuirão a terra* (Mt 5,5: princípio político) e *Bem – aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia* (Mt 5,7: princípio ético).



Como afirma o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira (2013), o Bem Viver é uma produção espiritual, política, econômica, cultural e social em oposição ao atual sistema consumista, afirmando que a Terra não é um grande depósito de recursos naturais a serem explorados para produzir riqueza, mas a mãe de todas as espécies de vida. O ser humano é parte integrante desta comunidade de vida e com ela estabelece relações de pertença. Em vez de extrair, transformar, consumir e descartar, a economia deve ser regida pelo princípio de respeito à Terra. Apesar de bastante generosa por não negar aos seus filhos e filhas, a mãe terra já esgotou seus recursos. Mas nós, pessoas mimadas e tolas, a exploramos, dela tudo exigindo e nada lhe retornando. Mesmo doente e desgastada como está, a Terra continua a oferecer-nos o que há milênios tem produzido e preservado em seu meio. Apenas a observância dos direitos da Terra poderá resgatar a sua saúde e incentivar o nosso bem viver, conviver, pertencer e ser.

É claro que, se forem observados todos os direitos da Terra, a produção de riqueza vai sofrer uma redução drástica. Ora, já se sabe que, mais cedo ou mais tarde, o apagão de recursos naturais exigirá de nossa espécie outra forma de vida no planeta. Temos que a partir de agora reduzir o processo de produção de riqueza e nos preparar para uma forma mais simples de vida.

A quinta Semana Social, ao entrar no debate sobre o *Bem viver*, poderá contribuir também para transformá-lo em expressão política de uma *Sociedade do Bem viver* para todos e na superação de uma sociedade do *viver bem* para alguns poucos, causadora da violência. Ao *Bem viver* dos povos indígenas, acrescentamos o *Pertencer* dos afro descendentes e o *Conviver* e *Ser* da tradição cristã.

Conclusão

Em suas cinco edições, as Semanas Sociais Brasileiras debateram sobre a sociedade brasileira, procurando compreendê-la e encontrar saídas para as questões sociais, sobretudo dos setores excluídos e marginalizados. A primeira Semana Social debateu sobre o trabalho, a segunda sobre a exclusão social e os novos atores sociais emergentes, a terceira sobre as dívidas, a quarta sobre a sociedade brasileira e a quinta sobre o Estado.

Mesmo considerando os significativos avanços nas políticas sociais, sobretudo na última década, o Estado brasileiro ainda permanece



omisso na resolução dos problemas estruturais da sociedade, particularmente aqueles referentes às áreas de saúde, educação, acesso ao solo urbano e à reforma agrária, à distribuição de renda e à segurança dos cidadãos. Ainda é um Estado conservador na sua forma de fazer política, reproduzindo os vícios do autoritarismo, do patrimonialismo e do clientelismo, dando sinais evidentes de esgotamento da democracia representativa e apontando os limites da democracia participativa nos moldes atuais.

Percebe-se também a contradição entre o crescimento econômico e o declínio social: de um lado, a concentração da renda e, do outro, a exclusão social. Ao fazer essas análises críticas, as Semanas Sociais apontam para a necessidade de se rever o modelo econômico e o processo de mercantilização da vida: que se ampliem as oportunidades de trabalho; que se fortaleçam as exigências éticas em defesa da vida e do meio ambiente; que se democratize o acesso à terra e ao solo urbano; que se olhe para o planeta Terra e com ele se relacione com responsabilidade humana, não o vendo como fonte de recursos a serem explorados, mas como um bem a ser preservado; que se promova uma nova economia, um consumo sustentável; que se democratize a comunicação e a informação e que se promova uma Reforma Política com participação popular.

As Semanas Sociais apontam para a necessidade de construção de uma sociedade incluyente com respeito à diversidade, pautada pelos princípios éticos. Elas assumem o compromisso com novos valores, com novas formas de convivência entre os seres humanos e com todos os seres da terra e uma nova consciência de pertencimento à comunidade de vida.

Muito contribuíram para esta nova consciência social as organizações das mulheres, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, dos povos originários, do movimento dos catadores de material reciclável, dos pescadores artesanais, dos quilombolas, dos camponeses, dos movimentos sociais, da economia popular, solidária e sustentável, dos tribunais populares do judiciário, do movimento dos afetados pelas mudanças socioambientais e tantas outras iniciativas em defesa da vida ameaçada.

No Encontro Mundial dos Movimentos Populares, o Papa Francisco³ ressaltou que os Movimentos Populares expressam a necessidade

³ Disponível em: <http://gsearch.vatican.va/search?client=default_frontend&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=default_frontend&sort=date%3AD%3AL%3Ad1&entsp=a_policy_documenti&wc=200&wc_mc=1&oe=UTF-8&ie=UTF->>.



urgente de revitalizar nossas democracias, muitas vezes sequestradas por inúmeros fatores. É impossível imaginar um futuro para uma sociedade sem a participação protagonista da grande maioria das pessoas.

É preciso superar o assistencialismo paternalista para ter paz e justiça, criando novas formas de participação que incluam os movimentos populares e sua torrente de energia moral. “Nenhum camponês sem terra! Nenhum trabalhador sem direitos! Nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho dá”.

As Semanas Sociais encontram-se em consonância com o pensamento do Papa Francisco e vêm de encontro aos anseios dos setores excluídos e marginalizados.

Bibliografia

AZZI, Riolando. *A igreja católica na formação da sociedade brasileira*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

CNBB. *Por uma reforma do estado com participação democrática*. Brasília: Edições CNBB, 2010.

_____. *Em busca dos sinais dos tempos*. Brasília: Edições CNBB, 2010.

_____. *A missão da pastoral social*. Brasília: Edições CNBB, 2008.

_____. *Eleições 2010: o chão e o horizonte*. Goiânia: CPP, 2010.

COMBLIN, José. *A profecia na Igreja*. São Paulo: Paulus, 2008.

INP; CNBB. *Presença pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003.

PINHEIRO, José Ernanne. *Resgatar a dignidade da política*. São Paulo: Paulinas, 2006.

PINHEIRO, José Ernane; LESBAUPIN, Ivo. *Democracia, Igreja e cidadania*. São Paulo: Paulinas, 2010.

Website of National Conference of Bishops of Brazil (CNBB).

Website of 5th Brazilian Social Week.

Website Vatican.

Endereço do Autor:

Rua São João, 17, Centro
35365-000 ABRE CAMPO, MG
E-mail: neldornel@gmail.com.br